

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Instituto de
Economia
Industrial**

**Boletim de
Conjuntura
Industrial**

VOL.3

Nº1

DEZ/82

EDITORIAL

Já estava encerrado o presente número do Boletim quando foi anunciada a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional. O fato põe termo a uma longa série de especulações e desmentidos com os quais se procurou protelar uma decisão que, dentro dos marcos em que vem se movendo a política econômica, havia se tornado inevitável, dado o agravamento recente da conjuntura internacional.

Ao que todo indica, a decisão já estava tomada desde setembro (tendo seguramente sido adiada por razões eleitorais). As medidas de política econômica tomadas a partir daí não se constituíram, portanto — como se tentou fazer crer — em um ajustamento voluntário da economia do país à restrição externa como alternativa à ida ao FMI, mas em enquadramento em normas reconhecidamente identificadas com as recomendações da comunidade financeira internacional. Este enquadramento fez-se em simultâneo com o uso de expedientes de última hora empregados pelo Brasil, com vistas ao fechamento das contas externas ainda este ano, e que compreenderam recursos às reservas livres de DES, operações de swaps com ouro e empréstimos de prazo extremamente curto e elevados spreads (impropriamente denominados de bridge-loans).

É sob esta ótica que devem ser entendidas medidas tais como a ampliação do raio de manobra do governo quanto ao controle da expansão monetária (elevação do compulsório sobre depósitos à vista e sua extensão aos depósitos a prazo) e outras mais recentes, como a modificação da sistemática de arrecadação e devolução do imposto de renda visando aumentar a receita fiscal para o próximo exercício. É por este ângulo, também, que deve ser vista a Programação do Setor Externo para 1983, com suas previsões de superávit comercial de US\$ 6 bilhões, contração das importações para US\$ 17 bilhões e redução de déficit em conta corrente para US\$ 69 bilhões, bem como as contrapartidas sugeridas de política interna quanto a gasto público e desempenho dos agregados monetários e creditícios.

Não se sabe ainda com detalhes (pelo menos até o momento em que se redige este Editorial) as modalidades de crédito a

que o Brasil estará recorrendo. A notícia divulgada dá conta de que se trata da obtenção de recursos no valor de US\$ 6 bilhões durante os próximos três anos, dos quais as principais linhas compreendem US\$ 4,5 bilhões através de empréstimos stand by e de uma extended facility (vinculados à adoção de um rígido programa de ajuste sob supervisão do Fundo — as famosas "condicionalidades"), e US\$ 1 bilhão na modalidade de empréstimos compensatórios, (US\$ 500 milhões dos quais já foram retirados neste final de ano).

Não há dúvida de que a utilização dos créditos sujeitos às exigências do FMI implicará em apertos adicionais na política econômica cuja finalidade última é a contenção da demanda agregada. O elenco de providências recomendadas pelo Fundo geralmente abrange as áreas fiscal, monetária creditícia e cambial. Além disso, pressões são usualmente feitas no sentido da liberalização do comércio externo e da supressão de controles sobre juros e salários. Muitas medidas nesta direção, como se viu, já vem sendo tomadas, pelo menos desde setembro. Certas ambigüidades ainda presentes, no entanto, que alimentavam esperanças quanto à adoção de políticas de controle setorial das importações e de políticas de crédito interno e de gasto público seletivas, deverão ser rapidamente eliminadas quando da elaboração dos três orçamentos que compõem a macro-política do governo — o fiscal, o monetário e o das empresas estatais — para atender ao receituário do FMI.

No que tange à política salarial, é de se esperar mudança — sob pressão de setores internos — senão quanto à se-mestralidade dos reajustes, pelo menos quanto à supressão do adicional de 10% concedido aos que recebem menos de três salários mínimos e à redução do patamar a partir do qual se substitui o reajuste automático pela livre negociação. A possibilidade de tais mudanças é tanto mais forte quanto se sabe que já houve um arranhão na ortodoxia liberal pela prorrogação por mais dois anos do crédito-prêmio de 11% sobre o IPI concedido às exportações do País.

A perspectiva que se abre é assim de um agravamento das tendências recessivas já presentes na economia brasileira, com redução dos índices de produto e renda, maior desemprego, contração da liquidez real e queda dos salários reais. O ajuste pela

via de cortes indiscriminados na demanda global deverá ser a norma, com o que se desloca o eixo da discussão da denúncia dos possíveis efeitos de uma política recessiva para o terreno da apresentação de alternativas concretas e viáveis de política econômica, que resguardem o nível de emprego, salário e produto.

Neste sentido, cabe perguntar sobre o destino que será dado aos estudos sobre "substituição de importações" em andamento em diversas instâncias da burocracia estatal. A existência destes estudos revela não só a ausência de consenso quanto à aplicação da doutrina dos cortes globais na demanda por produtos externos. Revela principalmente que é possível pensar desde já na implementação de políticas de controles setoriais sobre as compras de insumos e equipamentos no exterior, com base na ampla capacidade ociosa existente em certos setores da indústria. Fique claro, no entanto, que o êxito de programas setoriais só poderá estar garantido se articulado a uma estratégia de médio e longo alcance, que passa pela definição de políticas industrial e tecnológica claras, pelo redirecionamento do gasto público e pela adoção de políticas de crédito interno seletivo que sustentem uma retomada ordenada dos investimentos e permitam um trânsito menos doloroso face às dificuldades postas pela crise internacional. Em particular, quanto à possibilidade de eliminar o contingenciamento do crédito interno, para permitir uma redução das taxas de juros a patamares compatíveis com os objetivos de defesa interna da economia, existem diversas propostas em curso que deveriam, pelo menos, ser consideradas em um amplo debate sobre os rumos da política econômica.

O quadro que se abre não pode assim ser descrito com as cores do otimismo. No entanto, mais do que modificações, em aspectos da política econômica global, a opção que acaba de ser feita significa abrir mão de um caminho alternativo para a economia brasileira enfrentar os problemas com que se defronta, neste quadro de dificuldades de âmbito mundial.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL**

Av. Pasteur, 250 – C.P. 56028
CEP 22.290 – Rio de Janeiro – Tel.: 295-4295